



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000361059

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1002174-52.2020.8.26.0587/50000, da Comarca de São Sebastião, em que é embargante MC ADMINISTRAÇÃO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA, são embargados OTÁVIO PEREIRA DA CONCEIÇÃO (POR CURADOR) e MARINALVA DA SILVA CONCEIÇÃO (CURADOR(A)).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 11ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MARCO FÁBIO MORSELLO (Presidente sem voto), WALTER FONSECA E RENATO RANGEL DESINANO.

São Paulo, 11 de abril de 2025.

JOSÉ WILSON GONÇALVES

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Embargos de declaração nº: 1002174-52.2020.8.26.0587/50000

Embargante: MC ADMINISTRAÇÃO, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
LTDA

Embargado: OTÁVIO PEREIRA DA CONCEIÇÃO e outro

Origem: São Sebastião - 1ª Vara Cível

Juiz: Matheus Amstalden Valarini

Voto nº. 4.674

ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE. Não ocorrência. Consta expressamente do acórdão, embora não fosse necessário, dado que diz respeito à técnica processual civil, que a improcedência da ação de reintegração de posse significou que a autora, ora embargante, não provou a posse nem o esbulho alegados, não subsistindo as decisões proferidas no curso do processo, que se mantiveram ativas tão só até o julgamento.

Embargos rejeitados.

Trata-se de embargos de declaração, tempestivos, opostos pela apelante em face de acórdão que negou provimento ao recurso.

A ementa está assim redigida:

REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA AUTORA E DO RÉU.

1. Internação para tratamento e interdição do réu que não interferem no conflito possessório. Ação, ademais, que não discute domínio, mas apenas posse. Adequação. Pressupostos processuais e condições de ação. Satisfação. Caso de julgamento do mérito, conforme sentença, a qual, por seu turno, não comporta reparo.

2. Autora que não prova, de forma irrefutável, a posse que alega (art. 561, I do CPC). Instrução regular (prova documental, prova pericial e prova oral). Prova tão só da propriedade. Sentença suficientemente fundamentada. Recurso da autora. Desacolhimento.

3. Embora permitida a arguição de usucapião como matéria de

defesa (súm. 237 do STF), inviável o reconhecimento do domínio sobre o imóvel por meio de pedido formulado no âmbito de ação possessória, ante a evidente incompatibilidade dos procedimentos. Necessidade de perfeita identificação do imóvel e sua conformação com o registro imobiliário, citação de confinantes e publicação de edital. Pretensão a ser formulada em ação própria. Recurso do réu. Desacolhimento.

4. Indenização por dano moral por uso indevido de imagem. Uso de fotografias do réu com intuito probatório. Pretensão que depende de reconvenção ou ação própria. Desacolhimento.

5. Portanto, **recursos desprovidos**, majorando-se a verba honorária a cargo da autora.

A embargante alega que há uma obscuridade a ser esclarecida com relação ao seguinte trecho do acórdão:

Com relação à improcedência da ação, implica, automaticamente, a desconstituição dos atos decisórios praticados pelo juízo ou tribunal que não condizem precisamente com a improcedência, sem que haja necessidade de determinação expressa. Significa isso dizer que a posse exercida pelo réu, tal qual a exercia, com mesmo status, será mantida, e que a autora, por seu turno, não provou exercício efetivo de posse, razão por que a ação, enfim, foi julgada improcedente.

Diante disso, há dúvida se a multa fixada a fls. 193 pelo juízo de primeira instância permanece vigente ou não, num cenário em que não há pedido feito pelo embargado de manutenção da posse ou qualquer pedido de medidas protetivas de sua posse.

A embargante entende que o trecho do acórdão acima transcrito declara que a decisão de fls. 193 fica desconstituída, ante a improcedência da demanda, entretanto, por se tratar de multa fixada em valor alto para a hipótese de se fazer qualquer modificação no imóvel, a embargante precisa da certeza de que, caso seja

intimada para limpar o imóvel ou para tomar qualquer outra providência e o embargo não faça, ela embargante possa fazer sem que lhe seja aplicada multa.

Posto isso, requer o recebimento e acolhimento dos presentes embargos, para sanar a obscuridade apontada e que seja esclarecido se a multa fixada a fls. 193 continua vigente ou não.

Fls. 5: Manifestação do embargado

O embargado requer a manutenção da decisão a fls. 193.

É o relatório.

Passo a votar.

Embora o acórdão embargado tenha sido julgado em sessão telepresencial, os embargos declaratórios não admitem sustentação oral, nos termos do art. 146, § 4º do RITJSP e do art. 937 do CPC; portanto, não haverá prejuízo decorrente de seu julgamento em sessão virtual.

Preceitua o art. 2º da Res. 903/2023, deste TJSP: "Será realizado o julgamento virtual quando incabível a sustentação oral, salvo se for promovido destaque para julgamento em sessão presencial, ou telepresencial, por integrante da turma julgadora, facultando-se aos interessados a apresentação de memoriais, em até 5 dias úteis, após a distribuição do recurso ao relator".

Sobreleva acrescentar, por oportuno, que o julgador deve, entre outros, zelar pela celeridade processual e pela eficiência do serviço judicial, e o julgamento virtual é célere e eficiente, pois não depende de agendamento de sessão e não carece, absolutamente, da qualidade esperada com relação qualquer julgamento, tomando-se em conta, criteriosamente, as razões do recurso, as quais constituem, verdadeiramente, os elementos válidos para o julgamento, em respeito ao efetivo contraditório.

A embargante em realidade pretende esclarecimentos técnicos de Processo Civil e, por outro lado, salvo conduto para atitudes futuras. Cada atitude deverá, no entanto, tomar em conta a situação do momento. O acórdão mantém a improcedência da ação e, diante da improcedência, conforme consta expressamente, não subsiste decisão tomada no curso do processo contra qualquer das partes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Desse modo, **REJEITAM-SE os embargos de declaração.**

JOSÉ WILSON GONÇALVES
RELATOR